

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o <u>crédito apropriado</u>, prover um link para a licença e <u>indicar se</u> <u>mudanças foram feitas</u>. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give <u>appropriate credit</u>, provide a link to the license, and <u>indicate if changes were made</u>. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.



ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 66 Janeiro – 2006

SUMÁRIO

2 A China e os críticos de seu passado de ascensão pacífica

Paulo Antônio Pereira Pinto

6 | A chantagem atômica

Estevão de Rezende Martins

8 O Hamas no poder

Hussein Ali Kalout

11 Hamas: uma nova oportunidade política ou um bloqueio no fim do túnel para a paz no Oriente Médio?

José Ribeiro Machado Neto

14 | Estados Unidos na Ásia Central: reflexos da visita ao Afeganistão

Virgílio Arraes

RESENHA

16 Relações Internacionais no Brasil: a expansão dos manuais

Rogério de Souza Farias



Estados Unidos na Ásia Central: reflexos da visita ao Afeganistão

Virgílio Arraes*

People all over the world are watching the experience here in Afghanistan (...) I hope the people of Afghanistan understand that as democracy takes hold, you're inspiring others. And that inspiration will cause others to demand their freedom. And as the world becomes more free, the world will become more peaceful http://kabul.usembassy.gov/bush_visit_afghanistan.html .

Com parte de tal alocução presidencial, celebrase a recente viagem de George Bush ao Afeganistão, Paquistão e Índia como o ponto alto de sua política externa, especialmente em relação ao presente mandato, sobremodo corroído perante a opinião pública norte-americana. À primeira vista, em função do atual desgaste de duas guerras atabalhoadas contra países periféricos, seria possível supor o alcance de um trunfo considerável na questão nuclear com a negociação lançada à Índia, ainda mais diante da postura permanentemente desafiadora do Irã, componente do antigo tríptico desenvolvido pela diplomacia estadunidense há alguns anos sob a alcunha de 'Eixo do Mal'. Contudo, o périplo por três países demonstra um panorama distinto de êxito, diferentemente do perfil delineado após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. O realce negativo inicia-se pelo primeiro país percorrido: a República Islâmica do Afeganistão, dividida administrativamente em 34 estados.

Lá, a presença foi inesperada e breve – menos de cinco horas no dia 1º de março. A comitiva presidencial não se arriscou sequer a passar uma noite na capital afegã, supostamente sob controle de um regime firmemente institucionalizado. Recorde-se que, em dezembro de 2005, o Ministro da Defesa, Donald Rumsfeld havia citado o país como modelo na luta contra o terrorismo. Notícias do país são, às

vezes, contraditórias porque muitas das restrições ao trabalho jornalístico emanam do próprio governo, por meio de uma comissão com poderes para multar e mesmo aprisionar profissionais do setor. Por outro lado, não há a aplicação do mesmo rigor nas questões vinculadas à segurança, arrecadação de impostos e fornecimento de serviços básicos.

Assim, há sinais de que o governo, apoiado pelos Estados Unidos, controla tão-somente as áreas imediatas à capital, de sorte que o restante do território é dividido por milícias, das quais muitas agrupadas em torno do Talibã, com interesses bastante difusos. O quadro poderia ser mais grave e, não fossem os préstimos da diplomacia norte-americana, é possível que a Declaração de Boa Vizinhança, de dezembro de 2002, não fosse subscrita pelos seis países lindeiros ao Afeganistão, de forma que a integridade territorial estivesse também sob perigo. No entanto, a guerrilha transita pela fronteira paquistanesa sem dificuldades, conforme avaliação da burocracia afegã. Oficialmente, a diplomacia norte-americana esposa posição contrária, ao considerar que a administração paquistanesa alterou seu relacionamento com o Talibã, após setembro de 2001 – horas antes da chegada do Presidente Bush a Cabul, 45 combatentes, incluindo um checheno relacionado com a Al-Qaida, foram mortos na fronteira em decorrência da ação de efetivos do Paquistão.



Saliente-se que as tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mesmo em Cabul, estão sob alvo de ataques suicidas inspirados pelo Talibã – oficialmente, mais de 40 países participam da Operação Liberdade Duradoura. Enquanto se debate a possibilidade de ampliar, de modo significativo, o número de membros das tropas norte-atlânticas, o governo norte-americano deseja retirar parte das suas – respectivamente, um aumento de nove para quinze mil ao passo que a retirada abarcaria entre dois e quatro mil de um efetivo de dezenove mil. Tal manobra permitiria à OTAN testar a permanência prolongada em fronteiras distintas das suas, de forma que desdobrasse a sua capacidade de futuras operações. Isto se justifica em decorrência de problemas de entrosamento advindos do caráter multinacional de suas tropas.

Mais de 90% do auxílio norte-americano destinase à questão militar, ou seja, ao dia-a-dia, de forma que não há perspectiva para o Afeganistão. Desde o final de 2001, os estadunidenses despendem com os afegãos 66,5 bilhões de dólares dos quais 5,7 bilhões foram distribuídos para reconstrução, ajuda humanitária, assistência técnica etc. Ademais, organizações não governamentais e empresas recebem diretamente mais verbas que o próprio governo afegane. A projeção para a formação de forças armadas, com um efetivo em torno de 70 mil pessoas (até o fim de 2005, pouco mais de 1/3 havia recebido treinamento adequado), encontra-se programada para 2010, três anos após extinguiremse os comandos militares locais.

Quanto à economia, há ambiente para o andamento de atividades apenas agrícolas, ligadas ao

manejo tradicional e de caráter imediato, em face da atividade aleatória das incursões militares. Não houve, até o momento, a construção regular de estradas ou de canais de irrigação, por exemplo. Não fosse a instabilidade, haveria a possibilidade de reedificar a prospecção de gás natural, desativada desde a saída da extinta União Soviética. Desta forma, o cultivo volta-se mais e mais para o plantio da papoula, extremamente rentável – estima-se o país como responsável por 90% da produção mundial de heroína. Lamentavelmente, o Afeganistão situa-se entre os mais pobres do mundo. O auxílio externo é insuficiente. Basta considerar que o total das contribuições internacionais está aquém do necessário, notadamente quando se comparam valores: os afegãos recebem de auxílio per capita míseros 57 dólares enquanto os bósnios, kosovares e timorenses perceberam na devida ordem 679, 526 e 233 dólares.

Por fim, há dificuldades expressas em estimular o moral da população afegã a favor da democracia patrocinada pelos Estados Unidos. Um dos exemplos refere-se à base de Guantánamo, utilizada como presídio das operações militares efetivadas no Afeganistão e Iraque. De lá, há notícias desabonadoras em relação à observância da legislação internacional. Em sua defesa, o Pentágono pondera que a visão do público é incompleta, devido ao sigilo de inúmeras informações, o que deturparia a análise. Todavia, denúncias sobre o tratamento em suas instalações somam-se às de prisões no Iraque, comandadas pela aliança amero-britânica, de forma que a suposta defesa por um valor, democracia ou liberdade, materializa-se na realidade não com magnanimidade, mas com lamentável mesquinhez.

